

Sessão da Câmara é encerrada por tumulto e Haddad sai sob gritos de "fujão"

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), Rogério Correia (PT-MG), encerrou a sessão ontem (11/6), que contou com a participação do ministro Fernando Haddad (Fazenda), depois que deputados do PL iniciaram um tumulto em resposta a uma crítica feita pelo chefe da Fazenda.

O ministro havia dito que

os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Carlos Jordy (PL-RJ) fizeram “molecagem” ao elaborar perguntas na sessão e depois deixar o plenário sem ouvir as respostas. “Agora aparecem aí dois deputados, fazem as perguntas e fogem dos debates. (...) É um pouco de molecagem, isso não é bom para a democracia”, co-

mentou Haddad.

Nikolas, que já tinha usado a palavra, pediu uma questão de ordem para pedir das notas taquigráficas as falas do titular da Fazenda. O deputado, no entanto, teve o microfone cortado porque não especificou em qual artigo do regimento interno se baseava seu pedido — o que é obrigatório em questões de ordem.



IMPASSE
Muita confusão e pouco debate sobre as medidas do governo ontem, na Câmara

Consumidor paga contas, como luz e água, mas calote cresce

CAROLINE ARAGAKI
ESTADÃO

Os consumidores têm priorizado o pagamento de contas básicas, como luz e água, enquanto deixam em segundo plano dívidas com bancos, financeiras e prestadores de serviços. Como resultado, a taxa de inadimplência em algumas dessas categorias atingiu níveis recordes.

Os dados mais recentes da Serasa Experian mostram que em abril havia 76,6 milhões de consumidores inadimplentes, alta de 4,35% ante o mesmo período de 2024 e o equivalente a 47,1% da população adulta brasileira - a taxa mais alta desde o início da série histórica, no fim de 2016.

A maior parte da inadimplência (52,5%) ainda está fora do setor financeiro, segundo a Serasa. No entanto, há sinais de que este cenário pode mudar. As contas de necessidade básica, como água e luz, por exemplo, chegaram a abril representando 20,1% da inadim-

plência geral - menos que em janeiro, quando o índice era de 21,0%. No varejo, também houve queda - de 9,9% para 9,6%. Em paralelo, diz a Serasa, a inadimplência dos consumidores com instituições financeiras passou a representar uma parcela maior do total de contas atrasadas - aumentou de 18,1% para 19,3%. Serviços não essenciais aos consumidores, como transporte, limpeza, administração, entre outros, também registraram expansão, passando de 10,9% para 11,6% do total.

Um dos exemplos de aumento da inadimplência em serviços consta em levantamento da uCondo, antecipado ao Estadão/Broadcast. A inadimplência em condomínios residenciais alcançou 17% no primeiro trimestre de 2025, maior nível da série histórica iniciada em 2022, contra 12% no primeiro trimestre de 2024.

Segundo a uCondo, que atende 6 mil condomínios e 560 mil usuários, o aumento na taxa de inadimplência de condomínios residenciais

coincide com o cenário de inflação persistente e reajustes nas taxas condominiais, que passaram de uma média de R\$ 493,81 em 2024 para R\$ 507,51 neste ano no Brasil.

A taxa de inadimplência em condomínios nos primeiros trimestres foi de 10% em 2022, 9% em 2023, 12% em 2024, e 17% em 2025, diz a empresa. “Pensando no cenário macroeconômico atual do Brasil, a tendência é que a inadimplência condominial continue aumentando, porque o endividamento das famílias está muito alto”, avalia o diretor de operações da Ucondo, Leo Mack.

“A inflação está impactando bastante o consumidor. O poder de compra diminui muito com a inflação no nível atual, e as pessoas estão tendo de escolher o que pagar e como pagar. Então deixaram um pouco serviços de lado, por exemplo, para que contas básicas - essenciais para viver no cotidiano - estejam em dia”, afirma a especialista em educação financeira da Serasa, Monica Seabra.

LAURIBERTO POMPEU

As medidas preparadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sofrem resistências de líderes da Câmara dos Deputados, inclusive de parlamentares da base aliada ao governo Lula.

As presidências nacionais do PP e o União Brasil vão anunciar na tarde desta quarta-feira a oposição às medidas e o mesmo caminho também deve ser adotado pela bancada do Republicanos na Câmara. Integrantes do PSD também têm mostrado resistência a aprovar as medidas.

Haddad se reuniu com integrantes do Congresso no último domingo para fechar um acordo de alternativa ao aumento do IOF. Entre as propostas, estão a reformulação de tributos sobre aplicações financeiras e alta de tributos para as fintechs.

Os pontos que mais enfrentam resistência dizem respeito a tributação em 5% de Imposto de Renda em uma série de aplicações finance-

ras que hoje são isentas de tributos, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Também há resistências em chancelar uma alta na tributação sobre as fintechs.

— O governo quer aumentar a tributação das fintechs fazendo uma tributação equalizada com os bancos. A medida que a gente (o PP) propôs é o que subir nas fintechs, sobe nos bancos. O governo quer mandar subir só nas fintechs. Se hoje a população tem a opção de negociar sua dívida nas fintechs com opções de juros mais baratas, por que vamos fazer com que o imposto da fintech seja maior? — disse o líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ).

O partido tem 49 deputados e um ministério no governo.

Da mesma forma, o líder do Republicanos, deputado Gilberto Abramo (MG), declarou que os aumentos nos tributos da LCA, LCI e fintechs não têm maioria para serem aprovados. A legenda também tem ministério, conta com 44 deputados e é o partido do presidente da Câmara, Hugo

Motta (PB).

— Não passa — afirmou Abramo.

Por outro lado, o líder partidário declarou que há disposição no Congresso de discutir o aumento da tributação sobre as empresas de apostas on-line, as bets.

Parte da perda de arrecadação com o recuo no aumento do IOF deverá ser compensada com aumento na tributação para empresas que exploram bets de 12% para 18%, além da cobrança de títulos de renda fixa que hoje são isentos de impostos.

Gilberto Abramo estava presente na reunião de Haddad com integrantes no Congresso e declarou que a oposição não foi comunicada imediatamente ao ministro na hora porque as medidas ainda precisavam ser melhor avaliadas.

— Tratamos de propostas, mas as propostas no papel elas mudam.

Na mesma linha, o deputado Domingos Neto (PSD-CE) avalia que há um clima negativo para a MP ser aprovada pela Congresso.

— Acho que bets passa, (mas) LCA e LCI acho difícil.

‘Liberdade regulada é a única’, diz Flávio Dino

RAYSSA MOTTA **ESTADÃO**

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu mais um voto ontem, 11, para responsabilizar provedores e redes sociais por publicações de usuários. Com a manifestação, há quatro votos para ampliar as obrigações das big techs na moderação de conteúdo.

Em seu voto, o ministro defendeu que “a liberdade regulada é a única liberdade”. “Liberdade sem responsabilidade é anarquia, conduz à barbárie”, afirmou.

Dino argumentou que, como qualquer atividade econômica, as plataformas precisam de regulamentação.

“É absolutamente razoável que nós fortaleçamos o dever de vigilância, de prevenção, de cuidado, de precaução. Um shopping não tem que manter seguranças? Um banco não tem que manter seguranças? Qualquer atividade tem bônus e ônus”, defendeu.

O que o STF está julgando?

O julgamento gira em torno do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que proíbe a responsabilização das plataformas por conteúdos.

Entenda alguns pontos e a polêmica sobte a taxaço

1. O que são LCIs e LCAs
As LCIs e LCAs são títulos de renda fixa — investimentos em que a remuneração é conhecida ou pode ser calculada com antecedência — criados para captar recursos para projetos do setor imobiliário e do agronegócio, respectivamente.

Atualmente, as LCIs e LCAs são isentas de IR na pessoa física, o que significa que todo o rendimento desses títulos é líquido.

Já investimentos como CDBs, letras financeiras (LFs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs), fundos DI e outros títulos de renda fixa atualmente seguem a tabela regressiva de IR, com alíquotas que variam de 15% a 22,5%, dependendo do prazo de aplicação.

As letras de crédito são títulos emitidos por instituições financeiras e podem ser adquiridos pelos investidores através de bancos ou corretoras de investimentos. Quem investe em um

desses papéis empresta dinheiro à instituição, que então destina os recursos aos projetos indicados no nome e descrição do ativo.

2. Quem investe em LCI e LCA e quanto movimentam

Essas aplicações são garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Isso significa que, caso a instituição financeira emissora enfrente problemas como falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, o FGC garante o reembolso ao investidor, até o limite de R\$ 250 mil.

Por conta disso, esses são investimentos considerados bastante seguros.

Eles costumam ser uma opção principalmente para investidores pessoa física, de perfil mais conservador — aqueles que toleram pouco risco em suas aplicações.

Mas, por ser um pouco mais complexo calcular o retorno desses investimentos, eles costumam ser uma opção para investidores de renda um pouco mais alta.

Tribuna da Bahia

Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas Salvador Bahia - CEP 40.255-000

FUNDADOR: ELMANO SILVEIRA CASTRO. EM 21 DE OUTUBRO DE 1969

Conselho Editorial

Presidente

Antônio Walter Pinheiro

Vice-Presidente

Marcelo Sacramento

Diretor de Redação

Paulo Roberto Sampaio

Propriedade:

Site-Editora

REDAÇÃO

Secretário de Redação.....Gerson Brasil

Chefe de Reportagem.....Leidiane Brandão

Editora de Cidade.....Tatiana Ribeiro

Editor de Política.....Guilherme Reis

Editor Raio Laser.....Raul Monteiro

Editor de Esportes.....Luiz Britto

Coord. Opec
Thais Alves

Gerente Administrativo Financeiro
José Carlos do Carmo

e-mail: tribuna.tribuna@terra.com.br

● As informações nacionais e Internacionais são fornecidas pela Agência Estado. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal

Assinatura Anual R\$560,00 - Semestral R\$310,00 - Trimestral R\$160,00

Engenheiro vira Uber. É a perda de essência da profissão?

RENATA CAFARDO **ESTADÃO**

A perda da qualidade na formação de engenheiros no País acabou se revertendo na desvalorização da profissão, que já teve status inquestionável na sociedade. Para o presidente da Associação dos Engenheiros Politécnicos, Dario Gramorelli, essa crise agravada pela desindustrialização e pela falta de interesse dos jovens na área - precisa ser revertida rapidamente para que o País possa continuar a crescer.

“A Engenharia é um meio, não um fim em si mesma, e uma coluna fundamental para o desenvolvimento de um país”, afirma. Ele cita a pujança do agronegócio como um exemplo de trabalhos de várias áreas da Engenharia que impactam desde “a produção da semente até quando está embarcando no navio”, além do crescimento de países como China e Coreia do Sul. “Tudo isso é Engenharia no sentido mais puro.”

Gramorelli questiona a formação de engenheiros no País de forma não presencial, que cresceu muito nos últimos anos, ao mesmo tempo que se reduz a quantidade de jovens que buscam a área. “Como um engenheiro é formado por meio de ensino a distância? Na Engenharia, lidamos com a realidade, existe o lado teórico, mas 99% é a realidade física”, diz.

O número de engenheiros que se formam em EAD desde 2015 aumentou quase 2.000% no País, segundo dados do Mapa do Ensino Superior do Instituto Semesp.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO –SRP N.º 038/2025
A Pregoeira do Município de Pindaí, torna público aos interessados que será realizado o Pregão Eletrônico –SRP N.º 038/2025, que tem por objeto a aquisição de blocos, lajotas e telhas de cerâmica, tipo menor preço global por lote. Data: 07/07/2025, às 10:00 horas no portal bnccompras.com. O Edital e atos posteriores podem ser consultados nos sites <http://www.pindaiba.gov.br> e licitacaopinda@gmail.com. Pindaí-BA, 12 de junho de 2025. Laila de Jesus Nogueira - Pregoeira- Agente de Contratação. Telefone: (77) 3667-2245.